



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Secretaria de Parcerias em Investimentos  
PROCESSO SPI Nº 378.00000107/2025-17  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/2025  
Concessão do Serviço de Remoção e Guarda de Veículos do Estado de SP

## **CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/2025**

**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/2025 PARA CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE RECOLHIMENTO, CUSTÓDIA, RESTITUIÇÃO E PREPARAÇÃO PARA LEILÃO DE VEÍCULOS RECOLHIDOS PELOS ÓRGÃOS DE TRÂNSITO DO ESTADO DE SÃO PAULO.**

## **ANEXO 5 – CADERNO DE INFRAÇÕES E PENALIDADES**

## **1. APRESENTAÇÃO**

1.1. O presente ANEXO, em complemento à Cláusula Trigésima Oitava do CONTRATO, objetiva regular as penalidades aplicáveis no âmbito da CONCESSÃO, tipificar as infrações contratuais e detalhar o procedimento administrativo de aplicação das penalidades contratuais, observada a Lei Estadual nº 10.177/1998, e garantidos o contraditório e a ampla defesa.

1.2. A aplicação das penalidades previstas neste ANEXO e seu cumprimento não prejudicam a aplicação de outras sanções previstas no EDITAL, no CONTRATO e demais ANEXOS, na legislação e na regulação pertinente, aos quais a CONCESSIONÁRIA se sujeita.

## **2. DIRETRIZES GERAIS**

2.1. As penalidades aplicáveis no âmbito do CONTRATO, bem como sua gradação, deverão seguir o regramento estabelecido neste ANEXO, e sua imposição será efetivada mediante processo administrativo sancionatório, que obedecerá ao rito estabelecido na Lei Estadual nº 10.177/98, observada eventual disciplina legal ou regulamentar superveniente a respeito do tema, garantida a ampla defesa e o contraditório, nos termos e prazos legais.

2.2. A aplicação das penalidades não se confunde com a aferição dos INDICADORES DE DESEMPENHO e suas consequências.

2.3. Considera-se reincidência, para fins deste CONTRATO, a prática de uma mesma infração, dentro do período de 12 (doze) meses, contados da data da primeira infração cometida pela CONCESSIONÁRIA, conforme registrado no TERMO DE FISCALIZAÇÃO.

2.3.1. Para fins de caracterização da reincidência, é desnecessário que, à época da prática da infração reincidente, tenha havido condenação, ou mesmo instauração de processo administrativo sancionatório, referente à infração anterior.

2.3.2. A condenação em sede administrativa pela infração anterior é condição para a aplicação da agravante da reincidência na penalidade da infração posterior.

2.3.3. Se, quando da aplicação da penalidade da infração posterior, a condenação pela infração anterior não for definitiva na esfera administrativa, será considerada, a título precário, a aplicação da agravante da reincidência na

penalidade da infração posterior, cujos efeitos deverão ser automaticamente desconsiderados, independentemente de solicitação expressa da CONCESSIONÁRIA, na hipótese de não mais subsistir, a qualquer momento e por qualquer razão, a condenação pela infração anterior.

2.3.4. O procedimento para compensação decorrente da posterior exclusão da agravante, no caso de não subsistir mais a condenação pela infração anterior, se iniciará de imediato assim que tal fato for constatado pela ARSESP, ou apontado pela CONCESSIONÁRIA, se o caso.

2.4. As penalidades previstas neste CONTRATO poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, dependendo da gravidade do ato.

2.5. Nas hipóteses em que uma conduta corresponda a mais de uma infração, dentre as previstas neste ANEXO, será observado o princípio da especialidade, aplicando-se a penalidade correspondente à infração mais específica, vedada a cumulação de infração mais genérica relativa à mesma conduta.

2.6. Em caso de comprovado descumprimento de obrigações previstas neste CONTRATO, nos ANEXOS, ou na legislação e/ou regulamentação aplicáveis, por parte da CONCESSIONÁRIA, por meio de ações que não estejam previstas neste ANEXO, a ARSESP, observado o contraditório e a ampla defesa, aplicará penalidade por descumprimento contratual, observando, naquilo que possível, a penalidade estabelecida para infrações tipificadas de semelhante natureza e gravidade, garantindo a proporcionalidade entre o descumprimento contratual e a correspondente sanção, mediante observância dos seguintes critérios:

I.A natureza e a gravidade da infração;

II.O dano dela resultante ao PODER CONCEDENTE e aos CIDADÃOS-USUÁRIOS;

III.As vantagens auferidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da infração cometida;

IV.A presença de dolo da CONCESSIONÁRIA ou de seus prepostos; e

V.Os antecedentes da CONCESSIONÁRIA, inclusive eventual reincidência.

2.7. Constatado algum tipo de infração contratual no exercício da fiscalização, que importe em potencial aplicação de penalidades à CONCESSIONÁRIA, a ARSESP deverá lavrar TERMO DE FISCALIZAÇÃO, contendo:

- I. Descrição do(s) fato(s) constatado(s);
- II. Indicação de eventual reincidência, constando a data da última ocorrência, se o caso;
- III. Enquadramento do fato constatado com as infrações previstas neste ANEXO, ou, caso não haja tipificação específica, com descumprimento de obrigações previstas no CONTRATO, no EDITAL e em seus ANEXOS, na legislação e/ou regulamentação aplicáveis; e
- IV. Indicação de penalidade cabível, observados os critérios deste ANEXO.

2.8. Eventuais erros de enquadramento ou de indicação da penalidade cabível poderão ser sanados no âmbito do processo administrativo sancionador, sendo devolvido o prazo de defesa da CONCESSIONÁRIA, caso do saneamento resulte alguma nova informação de natureza fática.

2.9. A regularização das faltas apontadas no TERMO DE FISCALIZAÇÃO não afasta a configuração do descumprimento e, conseqüentemente, a aplicação da correspondente penalidade, nos termos previstos no CONTRATO, neste ANEXO e na legislação aplicável.

2.10. No TERMO DE FISCALIZAÇÃO, ou em qualquer fase do processo administrativo instaurado para apurar eventual descumprimento contratual, poderá a ARSESP, por iniciativa própria ou mediante provocação, determinar a adoção de medida preventiva ou mitigadora, quando houver indício ou fundado receio de que a CONCESSIONÁRIA, direta ou indiretamente, possa causar aos CIDADÃOS-USUÁRIOS ou à coletividade lesão irreparável ou de difícil reparação, ou possa tornar ineficaz o resultado do processo.

2.10.1. O descumprimento das medidas preventivas ou mitigadoras determinadas pela ARSESP configurará circunstância agravante.

2.11. É possível a reunião, em um mesmo processo administrativo sancionatório, de casos conexos envolvendo infrações de idêntica tipificação, caso em que a eventual aplicação de penalidade considerará o número de infrações cometidas.

2.12. Constatada a ocorrência de circunstâncias atenuantes e/ou agravantes para apenas uma ou parte das infrações apuradas, a ARSESP poderá aplicar penalidades separadamente.

2.13. Se a GARANTIA DE EXECUÇÃO vigente for na modalidade de seguro-garantia, a ARSESP poderá, a seu critério, levar ao conhecimento da seguradora a abertura de processo administrativo sancionatório.

2.13.1. Somente será apreciado pedido da CONCESSIONÁRIA de produção de provas, nos termos do artigo 63, inciso IV, da Lei Estadual nº 10.177/1998, caso a CONCESSIONÁRIA, em sua defesa, indique especificamente quais provas pretende produzir, sua finalidade, e a justificativa para a dilação probatória.

2.14. Citada mediante recibo ou por meio eletrônico, caberá à CONCESSIONÁRIA a apresentação de defesa no prazo previsto no artigo 63, inciso III, da Lei Estadual nº 10.177/1998, instruindo-a com os elementos probatórios que julgar convenientes.

2.15. Uma vez citada, mediante recibo ou por meio eletrônico, caberá à CONCESSIONÁRIA a apresentação de defesa no prazo previsto no artigo 63, inciso III, da Lei Estadual nº 10.177/1998, instruindo-a com os elementos probatórios que julgar convenientes.

2.16. Não acolhidas as razões apresentadas pela CONCESSIONÁRIA em sede de defesa, ou transcorrido o prazo legal sem apresentação de defesa, e concluindo-se pela ocorrência de infração contratual, será aplicada a sanção cabível, mediante intimação da CONCESSIONÁRIA.

2.16.1. A intimação sobre a aplicação de penalidades será realizada por meio de notificação escrita, mediante recibo ou envio eletrônico.

2.16.2. A CONCESSIONÁRIA deverá manter atualizado junto à ARSESP o endereço eletrônico pelo qual receberá quaisquer citações, notificações, intimações ou comunicações relativas ao presente CONTRATO, adotando-se como termo inicial para a contagem de prazos o dia útil imediatamente subsequente ao envio da comunicação eletrônica.

2.16.3. Na hipótese de eventual penalidade aplicada pela ARSESP, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação pela CONCESSIONÁRIA, uma única vez, diretamente à autoridade hierarquicamente superior, no âmbito da ARSESP, à que prolatou a decisão,

observado o disposto nos artigos 40 e 47, §2º, ambos da Lei Estadual nº 10.177/1998.

2.16.4. O prazo previsto no item acima aplica-se aos pedidos de reconsideração, passíveis de apresentação uma única vez, e exclusivamente nas hipóteses previstas no artigo 42 da Lei Estadual nº 10.177/1998.

2.17. Salvo disposição específica, os prazos serão contados consecutivamente excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento, sendo que o vencimento do prazo em dia em que não houver expediente no órgão fiscalizador acarretará sua prorrogação para o primeiro dia útil subsequente.

2.17.1. Só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente no órgão ou entidade.

2.17.2. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se, no dia do vencimento, o expediente for encerrado antes do horário normal.

### **3. PENALIDADES EM ESPÉCIE**

#### **A. ADVERTÊNCIA**

3.1. A penalidade de advertência poderá ser aplicada, em substituição à penalidade de multa, em razão do cometimento de infração contratual considerada como leve, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

I.A CONCESSIONÁRIA solicite formalmente a aplicação da advertência, mediante reconhecimento do cometimento da infração objeto da apuração, no prazo definido para apresentação da defesa, no âmbito administrativo;

II.A CONCESSIONÁRIA demonstre ter adotado todas as medidas necessárias à efetiva correção da falta, resultando em comprovada cessação da infração até a data da solicitação;

III.A CONCESSIONÁRIA demonstre ter adotado as medidas cabíveis para evitar a ocorrência de falta semelhante;

IV. Não tenham sido causados danos significativos pela infração ao PODER CONCEDENTE, aos SERVIÇOS e/ou aos CIDADÃOS-USUÁRIOS; e

V. Não tenha sido verificada reincidência, considerada como a prática de uma mesma infração, considerada a definição deste ANEXO.

## **B. MULTA**

3.2. Serão aplicadas multas em virtude de infrações praticadas pela CONCESSIONÁRIA às cláusulas contidas no CONTRATO e ANEXOS, de acordo com as regras previstas no presente ANEXO.

3.3. Os valores das multas previstas neste ANEXO serão multiplicados no caso de reincidência específica praticada pela CONCESSIONÁRIA, conforme conceito definido no item 2.3 deste ANEXO, sendo que o fator de multiplicação corresponderá ao número de reincidências cometidas dentro do período de 12 (doze) meses.

3.4. O valor base da multa, definido na Tabela de Infrações, poderá ser aumentado ou reduzido, em razão da presença das circunstâncias agravantes e atenuantes.

3.5. São consideradas circunstâncias atenuantes:

I. o reconhecimento, no prazo de apresentação de defesa administrativa e em substituição a ela, do cometimento da infração objeto da apuração, bem como de sua responsabilidade: redução de 30% (trinta por cento) sobre o valor estabelecido para a multa, desde que a CONCESSIONÁRIA pague espontaneamente a multa após a determinação do seu montante;

II. o reconhecimento, antes da prolação de decisão condenatória, do cometimento da infração objeto da apuração, bem como de sua responsabilidade: redução de 20% (vinte por cento) sobre o valor estabelecido para a multa, desde que a CONCESSIONÁRIA pague espontaneamente a multa após a determinação do seu montante;

III. o reconhecimento, após decisão condenatória e antes da prolação de decisão em sede de recurso administrativo, do cometimento da infração objeto da apuração, bem como de sua responsabilidade: redução de 10% (dez por cento) sobre o valor da multa constante da decisão condenatória, desde que a CONCESSIONÁRIA pague espontaneamente a multa.

3.6. São consideradas circunstâncias agravantes:

- I. ter a infração sido cometida mediante fraude ou má-fé: acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
- II. resultarem da infração danos irreversíveis, ao SERVIÇO e/ou aos CIDADÃOS-USUÁRIOS: acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa.

3.7. As infrações previstas neste ANEXO são divididas em 3 (três) categorias: (i) infrações por violação pontual do CONTRATO; (ii) infrações por mora; e (iii) infrações por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.

3.8. As infrações por violação pontual do CONTRATO são caracterizadas por refletirem situação na qual a CONCESSIONÁRIA viola obrigação prevista em lei, no EDITAL, no CONTRATO ou em seus ANEXOS, mas a infração se exaure com a própria violação, não projetando seus efeitos no tempo.

3.9. Nesta hipótese, a ARSESP instaurará o correspondente processo administrativo sancionatório, notificando a CONCESSIONÁRIA a respeito da constatação do inadimplemento contratual e indicando o valor da penalidade correspondente.

3.10. O valor da penalidade, indicado na Tabela de Infrações, corresponde ao valor da multa devida a cada constatação de infração, ressalvados os efeitos próprios da reincidência e da incidência de atenuantes e agravantes, previstos no CONTRATO e neste ANEXO.

3.11. As infrações por mora são caracterizadas por refletirem um atraso da CONCESSIONÁRIA no cumprimento de suas obrigações previstas em lei, no EDITAL, no CONTRATO ou em seus ANEXOS, de modo que a infração persiste até que a CONCESSIONÁRIA adimpla, ainda que extemporaneamente, a obrigação, purgando a mora.

3.12. O valor da penalidade, indicado na Tabela de Infrações, corresponde ao valor da multa a cada mês completo em que perdurar a mora da CONCESSIONÁRIA, sendo a multa calculada pela multiplicação de 1/30 (um trigésimo) do valor previsto na Tabela de Infrações para cada dia em que a CONCESSIONÁRIA permanecer em mora, desde a data em que a obrigação deveria ter sido adimplida, ressalvados os efeitos próprios da reincidência e da incidência de atenuantes e agravantes, previstos no CONTRATO e neste ANEXO.



3.13. As infrações por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo são caracterizadas por refletirem situação na qual a CONCESSIONÁRIA viola obrigação prevista em lei, no EDITAL, no CONTRATO ou em seus ANEXOS, mas a infração não se exaure com a própria violação, projetando os seus efeitos no tempo até que a CONCESSIONÁRIA adote medidas para retornar à situação de regularidade contratual.

3.13.1. Nesta hipótese, sem prejuízo da imediata instauração do correspondente processo administrativo sancionatório, o PODER CONCEDENTE notificará a CONCESSIONÁRIA a respeito da constatação da violação contratual e determinará a adoção, pela CONCESSIONÁRIA, das medidas necessárias à regularização da situação, indicando o valor da penalidade correspondente à infração constatada e o valor da penalidade incidente por dia, até que a situação seja regularizada. A falta de notificação não eximirá a CONCESSIONÁRIA do seu dever de regularizar a situação.

3.14. O valor da penalidade, indicado na Tabela de Infrações, corresponde ao valor da multa devida a cada constatação de infração, com acréscimo de 1% (um por cento) sobre o valor previsto a cada dia, até que a situação seja regularizada, computando-se tal valor desde a data da ocorrência da infração até a data de sua regularização, sem prejuízo dos efeitos próprios da reincidência e da incidência de atenuantes e agravantes, previstos no CONTRATO e neste ANEXO.

### **C. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE**

3.15. A suspensão do direito de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública direta ou indireta do Estado de São Paulo e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA poderão ser aplicadas, respeitadas as regras legais de competência, no caso de práticas reiteradas de infrações contratuais ou regulamentares, bem como no caso de infrações que causem grave lesão ao interesse público, além das situações previstas na legislação e nas normas aplicáveis, destacando-se aquelas previstas no artigo 82 da Lei Estadual nº 6.544/1998, quando decretada a caducidade da CONCESSÃO, considerando-se ainda as seguintes circunstâncias, com vistas à garantia dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

I.a natureza e a gravidade da infração;

II.a presença de dolo da CONCESSIONÁRIA ou de seus prepostos;

III.o dano resultante ao PODER CONCEDENTE, aos SERVIÇOS ou aos CIDADÃOS-USUÁRIOS;

IV.as vantagens auferidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da infração cometida;

V.a adoção de medidas pela CONCESSIONÁRIA para minimizar os danos causados pela infração;

VI.a situação econômica e financeira da CONCESSIONÁRIA, em especial a sua capacidade de honrar com compromissos financeiros, gerar receitas e manter a execução do CONTRATO; e

VII.os antecedentes da CONCESSIONÁRIA.

3.16. A penalidade de suspensão do direito de participar de licitações e de contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA direta ou indireta do Estado de São Paulo será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos.

3.17. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA surtirá efeitos enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3.17.1. A reabilitação deverá ser requerida perante a própria autoridade que aplicou a penalidade e será concedida sempre que a CONCESSIONÁRIA ressarcir a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA pelos prejuízos resultantes, desde que decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da sanção.

#### **4. TIPIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES**

4.1. O valor estabelecido na tabela de Tipificação de Infrações incidirá sobre a RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA da CONCESSIONÁRIA dos últimos 12 (doze) meses anteriores à ocorrência. No primeiro ano da CONCESSÃO será utilizada como base o valor de:

4.1.1. R\$ 16.321.000,00 (dezesesseis milhões, trezentos e vinte e um mil reais) para o LOTE 1;

4.1.2. R\$ 25.757.000,00 (vinte e cinco milhões, setecentos e cinquenta e sete mil reais) para o LOTE 2;

4.1.3. R\$ 21.610.000,00 (vinte e um milhões, seiscentos e dez mil reais) para o LOTE 3;

4.1.4. R\$ 21.610.000,00 (vinte e um milhões, seiscentos e dez mil reais) para o LOTE 4;

4.1.5. R\$ 29.107.000,00 (vinte e nove milhões, cento e sete mil reais) para o LOTE 5;

4.1.6. R\$ 97.430.000,00 (noventa e sete milhões, quatrocentos e trinta mil reais) para o LOTE 6; e

4.1.7. R\$ 27.684.000,00 (vinte e sete milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil reais) para o LOTE 7.

ITEM	INFRAÇÃO	VALOR	CATEGORIA DA INFRAÇÃO
<b>ENTREGA, ALTERAÇÃO E RENOVAÇÃO DE PLANOS DA CONCESSÃO E CERTIFICADOS</b>			
<b>1</b>	Não apresentar o PLANO DE IMPLANTAÇÃO, contendo todos os componentes mínimos, ao PODER CONCEDENTE, no prazo estabelecido.	1,5%	Infração por mora.
<b>2</b>	Alterar ou revisar o PLANO DE IMPLANTAÇÃO, sem a necessária submissão à ARSESP, nos termos do CONTRATO e do ANEXO 2.	1,5%	Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  <b>Regularização:</b>  I. Obter a aprovação da ARSESP, se possível; ou  II. Desconstituição da alteração/revisão.
<b>3</b>	Não obter as certificações exigidas	1,5%.	Infração por mora.

	e constantes do CONTRATO, observados os prazos e condições estabelecidas.		Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  <b>Regularização:</b> Obter as certificações;
<b>4</b>	Deixar de renovar as certificações exigidas e constantes do CONTRATO observados os prazos e condições estabelecidas.	De 0,1% a 1,5%.	Infração por mora.  Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  <b>Regularização:</b> obter as certificações;
<b>INÍCIO DA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS</b>			
<b>5</b>	Operar em desacordo com os termos aprovados pelo PODER CONCEDENTE no que se refere ao PLANO DE IMPLANTAÇÃO, observada a aplicação de infrações específicas constantes desta tabela de Tipificação das Infrações.	De 0,1% a 1,5%	Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  <b>Regularização:</b> Atuação em conformidade ao PLANO DE IMPLANTAÇÃO aprovado.
<b>6</b>	Ensejar o atraso ou criar fato impeditivo para a assinatura do CONTRATO.	De 0,1% a 1,5%	Infração por violação do Contrato cujos efeitos perduram no tempo
<b>FISCALIZAÇÃO E APOIO À FISCALIZAÇÃO</b>			
<b>7</b>	Criar empecilhos, não colaborar ou não cumprir com as determinações do PODER CONCEDENTE e da	De 0,30% a 1,5%.	Se a conduta caracterizar situação pontual: Infração por violação pontual do CONTRATO.  Se a conduta perdurar ao longo do tempo: Infração

	ARSESP no tocante ao seu poder de fiscalização.		por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  <b>Regularização:</b> Adotar as medidas necessárias para viabilizar o exercício da fiscalização.
8	Descumprir a obrigação de contratar ou substituir o VERIFICADOR INDEPENDENTE, dentro dos prazos estipulados, nos termos previstos no CONTRATO.	De 0,30% a 1,5%.	Infração por mora.
9	Não prestar esclarecimentos e informações solicitadas pela ARSESP, no prazo determinado.	De 0,30% a 1,5%.	Infração por mora.
10	Impedir, coagir ou criar qualquer tipo de empecilho para a realização do trabalho de avaliação dos INDICADORES DE DESEMPENHO por parte da ARSESP ou do VERIFICADOR INDEPENDENTE.	De 0,30% a 1,5%.	Se a conduta caracterizar situação pontual: Infração por violação pontual do CONTRATO.  Se a conduta perdurar ao longo do tempo: Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  <b>Regularização:</b> Adotar as medidas necessárias para viabilizar o exercício das atividades da ARSESP ou do VERIFICADOR INDEPENDENTE.
11	Obter resultado igual a 0 (zero) em qualquer	5,0%.	Infração por violação

	um dos INDICADORES DE  DESEMPENHO por dois anos consecutivos.		pontual do CONTRATO.  Após a ocorrência da infração e aplicação da penalidade, eventual configuração de nova infração dependerá do transcurso de 2 (dois) anos contados da data de apuração da infração anterior e da medição dos INDICADORES DE DESEMPENHO durante esse período.
<b>CONCESSIONÁRIA</b>			
<b>12</b>	Transferir o CONTROLE sem a anuência prévia e expressa da ARSESP.	De 1,5% a 5%.	Infração por violação do Contrato cujos efeitos perduram no tempo.  <b>Regularização:</b> (i) Adoção das medidas previstas na Cláusula 30.9 do Contrato; ou  (ii) Obter, se possível, a anuência do PODER CONCEDENTE.
<b>13</b>	Transferir, sem prévia aprovação da ARSESP as propostas de emissão de títulos e valores mobiliários se I) contiverem dispositivo de conversão em ações que implique alteração no controle da sociedade ou II) tiverem como garantia ações com direito de voto integrantes do grupo controlador da SPE.	De 1,5% a 5%.	Infração por mora.  <b>Regularização:</b> (i) Paralisar ou desconstituir o processo de emissão de títulos e/ou valores mobiliários; ou (ii) Obter, se possível, a anuência do PODER CONCEDENTE.

<b>14</b>	Não atuar na prevenção e repressão de crimes e contravenções, ou não registrar as ocorrências nas dependências da CONCESSIONÁRIA ou de terceiros relacionadas à operação dos SERVIÇOS.	De 1,5% a 5%.	Infração por violação pontual do CONTRATO.
<b>15</b>	Deixar de instituir ouvidoria e Serviço de Atendimento ao Consumidor, ou descumprimento das obrigações relacionadas;	De 1,5% a 5%	<p>Se a conduta representar mero atraso na instituição da ouvidoria ou do Serviço de Atendimento ao Consumidor: Infração por mora;</p> <p>Se a conduta representar descumprimento de obrigação prevista no CONTRATO ou nos ANEXOS, por ouvidoria ou Serviço de Atendimento ao Consumidor já constituído: Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.</p> <p><b>Regularização:</b> Regularizar a atividade da ouvidoria e do Serviço de Atendimento ao Consumidor.</p>
<b>16</b>	Deixar de cumprir as obrigações previstas no Contrato relativas a divulgação de informações aos CIDADÃOS-USUÁRIOS	De 0,01% a 1,5%	<p>Se a conduta caracterizar situação pontual: Infração por violação pontual do CONTRATO.</p> <p>Se a conduta perdurar ao longo do tempo: Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.</p> <p><b>Regularização:</b> Adequar</p>

			a divulgação de informações aos CIDADÃOS-USUÁRIOS às premissas estabelecidas no CONTRATO e nos ANEXOS.
17	Contratar terceiros para a execução das atividades objeto da CONCESSÃO em desconformidade com as regras previstas no CONTRATO.	De 0,10% a 1,5%.	Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  <b>Regularização:</b> Extinguir ou adequar o contrato com terceiro.
18	Efetuar ou permitir a subconcessão dos SERVIÇOS	5%	Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  <b>Regularização:</b> Adotar as medidas necessárias ao retorno do status quo ante.
<b>OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONCESSIONÁRIA</b>			
19	Deixar de repassar, anualmente, o percentual de OUTORGA VARIÁVEL sobre a RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA, nos termos deste CONTRATO, salvo mediante justificativa formalmente apresentada e aceita pelo PODER CONCEDENTE.	De 0,30% a 1,5%	Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  <b>Regularização:</b> Comprovar ao PODER CONCEDENTE a quitação da OUTORGA VARIÁVEL, acrescida dos seus respectivos encargos.
20	Deixar de repassar à ARSESP o ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO.	De 0,30% a 1,5%	Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  <b>Regularização:</b> Comprovar à ARSESP a



			quitação do ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO, acrescida dos seus respectivos encargos.
21	Não manter durante o PRAZO DA CONCESSÃO todas as condições de habilitação que lhe foram exigidas na LICITAÇÃO.	De 0,1% a 1,5%	Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  <b>Regularização:</b> Comprovar ao PODER CONCEDENTE a manutenção das condições de habilitação que lhe foram exigidas na LICITAÇÃO.
22	Descumprir as obrigações tributárias e trabalhistas decorrentes de sua atividade.	De 0,1% a 1,5%.	Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  <b>Regularização:</b> Comprovar o atendimento à obrigação tributária ou trabalhista inadimplida.
23	Não publicar as demonstrações financeiras e contábeis periodicamente nos termos da legislação aplicável.	De 0,30% a 1,5%.	Infração por mora.
24	Não manter uma ouvidoria permanente para receber e processar as críticas e sugestões dos CIDADÃOS-USUÁRIOS ou de terceiros afetados pela prestação dos SERVIÇOS.	De 0,30% a 1,5%.	Infração por mora.
25	Não elaborar e divulgar, no prazo previsto, a POLÍTICA	De 0,01% a 1%.	Infração por mora.

	DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.		
26	Não observar a POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.	De 0,30% a 1,5%.	Infração por violação do Contrato cujos efeitos perduram no tempo.  <b>Regularização:</b>  (i) Desfazer os negócios jurídicos celebrados com as PARTES RELACIONADAS; ou  (ii) Adequá-los, se possível, à POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.
27	Não instituir, no prazo previsto, o PROGRAMA DE CONFORMIDADE.	Se o atraso for de até 1 (um) mês: de 0,001% a 0,01%.  Se o atraso for superior a 1 (um) mês: de 0,01% a 0,1%.	Infração por mora.
28	Não observar o PROGRAMA DE CONFORMIDADE.	De 0,30% a 5%.	Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.  <b>Regularização:</b> Adotar as medidas recomendadas no Programa de Conformidade.
29	Não manter a GARANTIA DE EXECUÇÃO válida, vigente e nas condições previstas no contrato, durante o PRAZO DA CONCESSÃO.	De 1,5% a 5%.	Infração por mora.
<b>INFRAÇÕES RELATIVAS ÀS IMPLEMENTAÇÕES</b>			

<b>30</b>	Deixar de implantar a PLATAFORMA TECNOLÓGICA no prazo e nas condições fixadas no ANEXO 2	De 1% a 5%	<p>Se a conduta caracterizar situação pontual: Infração por violação pontual do CONTRATO.</p> <p>Se a conduta perdurar ao longo do tempo: Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.</p> <p><b>Regularização:</b> Implantar a PLATAFORMA TECNOLÓGICA em observância às especificações do ANEXO 2.</p>
<b>31</b>	Deixar de implantar os PÁTIOS nos prazos e nas condições estabelecidas no PLANO DE IMPLANTAÇÃO DA ETAPA 1 aprovado pelo PODER CONCEDENTE.	De 1% a 5%	<p>Infração por violação do Contrato cujos efeitos perduram no tempo</p> <p><b>Regularização:</b> Implantar os PÁTIOS nas condições estabelecidas no ANEXO 2.</p>
<b>INFRAÇÕES RELATIVAS ÀS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>32</b>	Não atendimento de chamada do AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO nos prazos estipulados no CADERNO DE ENCARGOS.	De 1% a 5%	<p>Se a conduta caracterizar situação pontual: Infração por violação pontual do CONTRATO.</p> <p>Se a conduta perdurar ao longo do tempo: Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.</p>
<b>33</b>	Deixar de realizar manutenção preventiva e corretiva	De 0,1% a 1,5%	Se a conduta caracterizar situação pontual: Infração por

	nos equipamentos, no sistema operacional utilizados e em todos os PÁTIOS no âmbito da CONCESSÃO.		violação pontual do CONTRATO.  Se a conduta perdurar ao longo do tempo: Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.
<b>34</b>	Deixar de realizar as vistorias obrigatórias nos veículos apreendidos, previstas no ANEXO 2.	De 1% a 1,5%	Se a conduta caracterizar situação pontual: Infração por violação pontual do CONTRATO.  Se a conduta perdurar ao longo do tempo: Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.
<b>35</b>	Não realizar as notificações obrigatórias aos proprietários dos veículos recolhidos.	De 1% a 1,5%	Se a conduta caracterizar situação pontual: Infração por violação pontual do CONTRATO.  Se a conduta perdurar ao longo do tempo: Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.
<b>36</b>	Medição do percentual máximo de conformidade em valor igual ou superior a 2,5% de sinistros do Componente 2 do SISC.	De 1% a 5%	Se a conduta caracterizar situação pontual: Infração por violação pontual do CONTRATO.  Se a conduta perdurar ao longo do tempo: Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.
<b>INFRAÇÃO RELATIVA À HIPÓTESE DE CADUCIDADE PREVISTA NO</b>			

CONTRATO			
37	Decretação caducidade.	de De 5,0% a 10%.	Caracterização das hipóteses que justificam a decretação da caducidade, nos termos do CONTRATO.